

Ministério da Justiça (MJ)
Departamento de Polícia Federal (DPF)
Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)
Coordenação de Recrutamento e Seleção
Concurso Público para provimento de vagas no
cargo de Delegado de Polícia Federal

TEMA 2 – DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROVA ORAL – QUESTÃO 1

Em meio a escuta telefônica autorizada judicialmente, a autoridade policial captou incidentalmente diálogos entre o investigado e seu patrono constituído, ocasião em que ambos combinavam a fuga do indiciado. A autoridade policial, então, representou pela prisão preventiva do indiciado, fundamentando seu pedido, entre outras razões, na possibilidade de fuga do investigado. Cumprido o mandado de prisão e encerrada a interceptação telefônica, mas ainda antes do oferecimento da denúncia, o advogado requereu o desentranhamento das páginas em que constavam os diálogos mantidos entre ele e seu cliente, alegando nulidade da prova e o direito de inviolabilidade da conversa mantida entre eles.

Discorra sobre a solução jurídica adequada a esse caso.

Ministério da Justiça (MJ)
Departamento de Polícia Federal (DPF)
Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)
Coordenação de Recrutamento e Seleção
Concurso Público para provimento de vagas no
cargo de Delegado de Polícia Federal

TEMA 2 – DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROVA ORAL – QUESTÃO 2

Determinada quadrilha que atua em tráfico de drogas e associação para o narcotráfico internacional foi presa em flagrante, em aeroporto brasileiro, na posse de 50 kg de cocaína. Ao receber os autos das prisões em flagrante dos integrantes da organização criminosa, todos estrangeiros, o juízo competente as converteu em prisões preventivas. A defesa constituída pela quadrilha ajuizou pedido de liberdade provisória, requerendo a substituição de todas as prisões por medidas cautelares diversas da prisão. O pedido de liberdade foi indeferido dada a vedação legal para a concessão de liberdade provisória aos flagrados no cometimento do crime de tráfico de drogas, especialmente internacional.

Considerando essa situação hipotética, esclareça se é possível a concessão da liberdade provisória, posicione-se a respeito da substituição da prisão preventiva dos indiciados por medidas cautelares e discorra sobre os fundamentos que justificam a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.

Ministério da Justiça (MJ)
Departamento de Polícia Federal (DPF)
Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)
Coordenação de Recrutamento e Seleção
Concurso Público para provimento de vagas no
cargo de Delegado de Polícia Federal

TEMA 2 – DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROVA ORAL – QUESTÃO 3

Determinada autoridade policial arbitrou fiança no valor de R\$ 2.000,00 ante a prisão em flagrante de determinada pessoa, pelo fato de a prática delitiva viabilizar sua concessão. Recolhido o valor da fiança, o indiciado foi imediatamente posto em liberdade. Oferecida a denúncia, verificou-se que o crime imputado ao acusado tornava inviável a concessão de fiança, razão por que ela foi imediatamente cassada. A defesa do réu alegou que a cassação da fiança configurava constrangimento ilegal, dado o recolhimento do respectivo valor arbitrado por delegado competente.

Considerando essa situação hipotética, discorra sobre a cassação da fiança arbitrada pela autoridade policial e cujo valor foi devidamente recolhido pelo indiciado.

Ministério da Justiça (MJ)
Departamento de Polícia Federal (DPF)
Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)
Coordenação de Recrutamento e Seleção
Concurso Público para provimento de vagas no
cargo de Delegado de Polícia Federal

TEMA 2 – DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROVA ORAL – QUESTÃO 4

Determinada empresa de *factoring*, situada na cidade de Guarulhos – SP, captava recursos de terceiros e os aplicava, sem autorização legal, prometendo rendimento mensal bem superior ao praticado no mercado financeiro. A promotoria da vara criminal em exercício naquela comarca requereu ao juízo que os autos do inquérito fossem remetidos à justiça federal, tendo o Ministério Público Federal entendido que os fatos criminosos noticiados ensejavam a competência da justiça estadual, razão por que requereu ao magistrado federal que suscitasse conflito negativo de competência, o que foi feito.

Em face dessa situação hipotética, discorra sobre a solução jurídica para o conflito de competência indicado a partir da conduta delitiva da empresa.

Ministério da Justiça (MJ)
Departamento de Polícia Federal (DPF)
Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)
Coordenação de Recrutamento e Seleção
Concurso Público para provimento de vagas no
cargo de Delegado de Polícia Federal

TEMA 2 – DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROVA ORAL – QUESTÃO 5

Em cumprimento a mandado de busca e apreensão, em operação da Polícia Federal para apurar crime de lavagem de dinheiro, foram apreendidos, entre diversos bens, dois veículos automotores, havendo indícios suficientes de eles serem produto do referido crime. O proprietário dos automóveis, um dos investigados, requereu a restituição dos bens, mediante apresentação da documentação comprobatória de propriedade dos veículos, assumindo o compromisso de subscrever termo de fiel depositário e responsabilizando-se incondicionalmente por eles. O proprietário fundamentou o pedido na consequente deterioração e desvalorização dos veículos, alegando, dada a natureza dos bens, ameaça ao exercício do direito de propriedade a ele assegurado constitucionalmente.

Indique, de forma fundamentada, a solução jurídica para o caso narrado.

Ministério da Justiça (MJ)
Departamento de Polícia Federal (DPF)
Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)
Coordenação de Recrutamento e Seleção
Concurso Público para provimento de vagas no
cargo de Delegado de Polícia Federal

TEMA 2 – DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROVA ORAL – QUESTÃO 6

O Ministério Público denunciou determinado indivíduo, imputando-lhe a prática de crime de receptação de cargas transportadas em operação interestadual que envolvia quadrilha especializada. O juízo competente recebeu a denúncia. Entretanto, após a resposta do acusado à acusação, o magistrado rejeitou a exordial acusatória. Inconformado o *parquet* recorreu, fundamentando seu pedido no instituto da preclusão.

Em face dessa situação hipotética, discorra sobre a solução adotada pelo magistrado e indique o órgão competente para proceder às investigações.

Ministério da Justiça (MJ)
Departamento de Polícia Federal (DPF)
Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)
Coordenação de Recrutamento e Seleção
Concurso Público para provimento de vagas no
cargo de Delegado de Polícia Federal

TEMA 2 – DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROVA ORAL – QUESTÃO 7

O Ministério Público do Estado X ofereceu denúncia, imputando aos réus a prática do crime de quadrilha, tipificada no art. 288, *caput*, do Código Penal, bem como no disposto no art. 1.º, incisos V e VII, da Lei n.º 9.613/1998, por terem supostamente participado de fraude em diversas licitações para a contratação ilícita de empresas e da lavagem do dinheiro oriundo dessas operações. O magistrado singular, ao receber a denúncia, determinou, entre outras diligências, o formal indiciamento dos acusados pelos mesmos fatos. Os denunciados impetraram *habeas corpus*, alegando que a determinação do indiciamento configurava constrangimento ilegal.

Discorra sobre a solução jurídica adequada ao caso narrado.
